

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.431.410 - PR (2019/0012116-9)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE

PROCURADORE : FABIANA MARIA FONTES - PR037233

S

THAIS TITZE SCORSIN GRIPPO - PR041574

FÁBIO JÚLIO NOGARA E OUTRO(S) - PR041224

AGRAVADO : J V DA S C (MENOR)

REPR. POR : M A DOS S DA S

ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

INTERES. : ESTADO DO PARANÁ

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. REVISÃO DA MULTA COMINATÓRIA. *ASTREINTES* FIXADAS DENTRO DOS LIMITES DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE em face de decisão que inadmitiu recurso especial manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

1) DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. FAZENDA PÚBLICA. PROIBIÇÃO DE CONCESSÃO DE LIMINAR QUE ESGOTE O OBJETO DA AÇÃO. IRREVERSIBILIDADE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. DIREITO À SAÚDE. EXCEÇÃO. PRECEDENTES DO STJ.

a) Segundo prevê o art. 1, § 3Q da Lei nº 8.437/92, não será cabível, em face da Fazenda Pública, a concessão de medida liminar que esgote, no todo ou em qualquer parte, o objeto da ação.

b) Todavia, é entendimento assente na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que, em casos específicos, ainda que a tutela de urgência seja irreversível, não haveria óbice para a sua concessão, se assim justificarem os bens e valores em jogo na situação concreta, como é o caso do fornecimento de medicamentos, a fim de efetivar o direito fundamental à saúde do cidadão.

2) DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. SISTEMÁTICA DE DESCENTRALIZAÇÃO DO SUS. IRRELEVÂNCIA. RESERVA DO POSSÍVEL. NÃO PREVALÊNCIA SOBRE O MÍNIMO EXISTENCIAL.

a) Segundo previsão do artigo 196 da Constituição Federal, a assistência à saúde é obrigação solidária imposta a todos os entes da Federação, o que

possibilita que qualquer deles seja acionado judicialmente para o cumprimento deste ônus.

b) A sistemática de divisão de incumbências entre os entes da Federação, imposta pela Lei nº 8.080/90, que dispôs acerca do Sistema Único de Saúde - SUS, é útil para a organização e gestão do sistema, mas possui validade apenas no âmbito da própria Administração.

b) O princípio da reserva do possível não pode prevalecer sobre a plena eficácia do mínimo existencial previsto na Constituição Federal, sendo esse o entendimento do Enunciado nº- 29 da Quarta e Quinta Câmaras Cíveis deste Tribunal: "A teoria da reserva do possível não prevalece em relação ao direito à vida, à dignidade da pessoa humana e ao mínimo existencial, não constituindo óbice para que o Poder Judiciário determine ao ente político o fornecimento gratuito de medicamentos".

3) DIREITO PROCESSUAL CIVIL. TUTELA DE URGÊNCIA. MULTA COMINATÓRIA. IMPOSIÇÃO EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. FIXAÇÃO DE VALOR QUE NÃO FAZ COISA JULGADA. POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO A QUALQUER TEMPO.

a) De acordo com a jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, é cabível a imposição de multa diária contra a Fazenda Pública.

b) Ademais, a fixação da multa não é item que faz coisa julgada, podendo a qualquer momento ser revista pelo juiz, de ofício ou mediante requerimento, caso venha a se revelar desproporcional, segundo a inteligência do art. 537, § 1º do CPC/2015.

4) AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

Nas razões do recurso especial, interposto com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, o recorrente sustenta violação ao art. 537 do CPC/2015, aduzindo que a multa cominatória aplicada é excessiva, razão pela qual requer sua exclusão ou a redução do valor.

Decisão de admissibilidade do recurso especial (e-STJ fls. 188/189).

Agravo em recurso especial às fls. 194/202 e-STJ.

É o relatório. Decido.

É necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo a análise do recurso especial.

A pretensão não merece acolhida.

Quanto a irresignação da recorrente quanto ao valor da multa cominatória aplicada, verifica-se que o Tribunal de origem abordou a matéria da seguinte forma (fls. 147/163 e-STJ):

Ao contrário do alegado pelo Agravante, nada impede que desde logo seja imposta, em face da Fazenda Pública, a multa coercitiva, como modo de impelir o ente público ao cumprimento da obrigação de fazer que lhe foi imposta.

Ademais, a fixação da multa não é item que faça coisa julgada, podendo a qualquer momento ser revista pelo juiz, de ofício ou mediante requerimento, caso venha a se revelar desproporcional. Esta é a inteligência do art. 537, § 1º do CPC/2015:

[...]

No caso presente, o Agravante não trouxe elementos que possam caracterizar a multa fixada - R\$ 500,00 diários - como excessiva, constituindo-se tal insurgência em mera alegação vazia de comprovação.

Não obstante, tal juízo poderá ser realizado novamente em momento posterior, quando o cumprimento da obrigação determinada for concretizado pelo Agravante.

Entretanto, mantém-se, neste juízo de cognição sumária, a multa diária no patamar em que fixado pela instância recorrida.

Conforme se viu, foi com base no conjunto fático-probatório constante dos autos que o acórdão recorrido consignou que as *astreintes* foram fixadas em valor dentro dos parâmetros da razoabilidade e da proporcionalidade. A revisão de tais fundamentos é inviável na via recursal eleita, tendo em vista a incidência da Súmula 7/STJ.

No mesmo sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DESCUMPRIMENTO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. ASTREINTES. REDUÇÃO DO VALOR. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão publicada em 07/11/2016, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, trata-se de Agravo de Instrumento, interposto pelo Município de Senador Canedo contra decisão do Juízo de 1º Grau, que, em Ação de Execução de Obrigação de Fazer, ajuizada em seu desfavor pelo Ministério Público de Goiás, fixou multa diária de R\$ 1.000,00 (um mil reais), em razão do não cumprimento das obrigações assumidas em Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta. O acórdão do Tribunal de origem negou provimento ao recurso.

III. No caso, o Tribunal a quo, diante do quadro fático delineado nos autos, manteve o valor das *astreintes*, fixado em R\$ 1.000,00 (mil reais), por dia de descumprimento, que considerou adequado à situação concreta, por não ter trazido a recorrente "novas provas capazes de modificar o entendimento declinado na decisão agravada", demonstrando o cumprimento do TAC, razão pela qual entendeu não haver exorbitância em sua aplicação. Consignou o acórdão recorrido, ademais, que "a multa prevista no art. 461, § 6º, do CPC, não faz coisa julgada material, podendo ser revista a qualquer momento caso se torne excessiva ou insuficiente".

IV. Consoante a jurisprudência do STJ, "rever o entendimento do Tribunal de origem, que consignou pela manutenção da multa cominatória fixada pelo Juízo de 1º Grau por descumprimento da decisão de fornecimento de medicamento, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7/STJ" (STJ, AgInt no AREsp 728.833/PE, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 09/06/2016). No mesmo sentido: "A revisão do valor arbitrado a título de multa exige, em regra, o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que não é possível em sede de recurso especial, em face do óbice da Súmula 7/STJ. Tal situação, no entanto, pode ser excepcionada quando o referido valor se mostrar exorbitante ou irrisório, situação não verificada no caso dos autos" (STJ,

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

AgRg no AREsp 844.841/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 15/04/2016).

V. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 949.502/GO, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 26/04/2017)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

